

ECONOMIA - Brasil

& TRABALHO

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, segunda-feira,
2 de novembro de 1998

9

EDITOR: José Negreiros SUBEDITORES: Nelson Oliveira e Verene Wolke Telefone: (061) 342-1190/342-1191. Fax: (061) 342-1155. E-mail: economia@cbdata.com.br

DEMORA PARA ENVIAR PROJETO AO CONGRESSO PROVOCARÁ PERDA MENSAL DE R\$ 1,3 BILHÃO

ATRASSO BILIONÁRIO

O atraso no envio ao Congresso da proposta de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deverá comprometer pelo menos um mês de sua arrecadação, ou R\$ 1,275 bilhão, de acordo com avaliação de assessores do Legislativo. A CPMF que está em vigor acaba em 22 de janeiro do próximo ano e o governo terá de correr para aprovar a emenda constitucional que aumenta a alíquota de 0,20% para 0,38% e o projeto de lei complementar necessário para a regulamentação do seu recolhimento.

Pelos cálculos de assessores legislativos da Câmara, na melhor das hipóteses, para a aprovação da emenda e do projeto seriam necessários pelo menos 90 dias. De acordo com essa avaliação, só no final de fevereiro o governo começará a recolher a contribuição com a nova alíquota. Para cada mês

de atraso na prorrogação da CPMF, o governo perde praticamente toda a receita prevista no programa com a arrecadação da contribuição previdenciária dos inativos em 1999: R\$ 1,35 bilhão.

O governo tem ainda que negociar uma saída jurídica para garantir que a nova CPMF possa ser cobrada imediatamente após a sua aprovação. É que pela Constituição Federal a cobrança de contribuições só pode ser feita 90 dias após a sua aprovação pelo Congresso, o que poderia retardar o início do recolhimento para depois de abril. A área jurídica do governo, no entanto, entende que há espaço para afastar a exigência da noventena na própria emenda constitucional que aumenta e prorroga a CPMF.

"A exigência dos 90 dias não é uma cláusula pétrea e pode ser afastada pela própria emenda", argumentou um integrante da equipe de juristas

do governo. "O problema é mais político do que jurídico", completou. O governo estuda ainda a possibilidade de respeitar o princípio da noventena somente para os 0,18% adicionais. A justificativa é de que, no caso dos 0,20%, não seria necessário esperar 90 dias porque se trata apenas da prorrogação da cobrança.

PRESSA

Para acelerar a tramitação da emenda, a Assessoria Legislativa da Câmara está tentando encontrar uma brecha regimental que permita o aproveitamento das emendas que já estão tramitando na Casa sobre o assunto. A prorrogação da CPMF, com alíquota de 0,20%, já foi aprovada em comissão especial e está pronta para ser votada em plenário.

O governo poderá também utilizar proposta de emenda constitucional que trata do assunto e que está no Senado, invertendo a tramitação. "Nem o governo sabe ainda como será feito", disse o líder do PMDB na Câmara, deputa-

Carlos Moura 27.5.97



Geddel: nem o governo sabe como aprovar a CPMF até o final de dezembro

do Geddel Vieira Lima (BA). A corrida contra o tempo prevê a votação da emenda na Casa em novembro e no mínimo mais 30 dias

para sua aprovação pelo Senado, se não houver emendas da oposição. Para a aprovação da projeto de lei complementar, em regime

de urgência, serão necessários mais 30 dias.

"Quanto mais rápido for a aprovação menor será o interregno (intervalo de tempo) entre a vigência da CPMF e a nova contribuição", disse o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas. O ministro admitiu que a equipe econômica já sabia das dificuldades que teria para aprovar a prorrogação até o final da vigência da atual CPMF.

Segundo Ornelas, após a votação dos três Destaques para Votação em Separado (DVS) que faltam para a aprovação da reforma da Previdência, marcada para esta semana, os líderes do governo vão concentrar todos os esforços nas negociações em torno da prorrogação da CPMF. Antes mesmo do final do primeiro turno das eleições, o governo já trabalhava com a necessidade de aumento da alíquota da CPMF. Preferiu, entretanto, aguardar o final da votação em segundo turno para anunciar a medida, correndo o risco de perder parte da arrecadação.